

UM PT PARA TODOS FAZENDO A DIFERENÇA

A cidade do Rio de Janeiro é uma das importantes do planeta. Palco político dos principais acontecimentos do país, é também o cenário para a atuação dos principais personagens que figuram, uns ótimos como os parlamentares petistas, e outros lamentáveis, como os atuais Presidente do Brasil e o Prefeito da Cidade Maravilhosa.

Dissertamos sobre a construção a partir deste texto de UM PT PARA TODOS FAZENDO A DIFERENÇA, aproveitando o que já foi elaborado em demais documentos já produzidos, a luz do que é de mais importante ao Partido dos Trabalhadores: emprego, renda, justiça social e desenvolvimento sustentável. Fazer a diferença na gestão municipal do PT, é construir a unidade partidária, ampliando o debate a todos os militantes de todas as zonas, pensando globalmente pois o cenário nacional nos traz retrocessos irreparáveis, bem como agindo localmente, pois torna-se imperativo que precisamos mitigar e reagir estes impactos.

Este texto será uma contribuição de autoria múltipla, pois consideramos que uma tese não é algo imutável. Ao final deste processo, esperamos um produto que seja que a militância queira difundir-la, debatê-la, criticá-la, editá-la parcialmente, aprofundá-la no que tem de superficial e esperamos que sirva para nos ajudar a superar as dificuldades do momento. O PT é uma rica experiência partidária, construída com sangue, lágrimas, sofrimentos e esperanças de milhões. A ele dedicamos nossas vidas. Por isso mesmo, por suas raízes populares e força transformadora, os que hoje nos atacam não vencerão.

Durante 13 anos, governos democráticos e populares enfrentaram a agenda neoliberal e caminharam em direção a um novo modelo de desenvolvimento com inclusão social, valorização do trabalho, inserção soberana do país no cenário internacional e aumento dos espaços de participação e diálogo com a sociedade. Desde 2016, vivemos as consequências de um golpe parlamentar, jurídico, midiático e empresarial! E vimos avançar, não sem nossa resistência, uma agenda de ataques ao povo brasileiro.

Os direitos dos trabalhadores e da trabalhadora foram fortemente atingidos com a terceirização irrestrita e a reforma trabalhista e o desemprego mantém a situação de vulnerabilidade para milhões de famílias. O investimento em políticas sociais foi congelado constitucionalmente por até 20 anos, causando a restrição crescente na oferta e no acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social ou a simples destruição, por inanição, de políticas públicas fundamentais, como a de habitação ou a de apoio à agricultura familiar e à reforma agrária.

Gerar empregos de qualidade

Os desdobramentos do golpe ocorrido em 2016 no Brasil tem como elementos centrais a destruição dos direitos trabalhistas, a redução dos custos sociais e ataques às organizações sindicais. A aprovação da pior legislação trabalhista que se tem notícia manteve alto o desemprego - ao contrário do que se havia anunciado - e fez crescer o emprego precário via maior terceirização, contrato de trabalho temporário, contrato de trabalho intermitente, flexibilização da jornada de trabalho, entre outras formas.

Essas mudanças, em meio à grave crise que o país enfrenta, desenham um cenário de expectativas negativas para os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Em maio de 2019, a taxa de desemprego ficou em 12,5% (13,2 milhões de brasileiros desempregados). O número de trabalhadores(as) com carteira de trabalho assinada, por sua vez, tem caído sistematicamente e as formas precárias de contratação do trabalho, sem registro em carteira, informal e sem direitos, aumentam desde 2015.

A superação desse quadro exige a adoção de uma política econômica soberana, a reestruturação das políticas sociais e recuperação dos direitos trabalhistas - uma política oposta à colocada em prática pelo governo atual.

Para gerar emprego e renda de qualidade, propomos:

- Política emergencial de geração de emprego e renda, incluindo medidas de proteção ao desempregado.
- Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento, na perspectiva do pleno emprego. Implementar políticas de geração, acesso e permanência de empregos e progressão de carreira para mulheres, jovens, negros, LGBT.
- Estabelecer políticas e medidas que garantam a implantação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPTER), ampliando e integrando as políticas de qualificação profissional, de intermediação da mão de obra e de seguro-desemprego.
- Estabelecer severas políticas para a erradicação do trabalho escravo e infantil, com dotação de verbas suficientes e condições de pleno funcionamento da fiscalização.
- Reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários, com limitação de horas extras e eliminação ou restrição do banco de horas, colaborando com a geração de novos

postos de trabalho e melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores com ampliação do tempo livre.

- Eliminar as práticas antissindiciais e promover um processo amplo de negociação que permita a construção de um Sistema de Relações de Trabalho Democrático, com plena garantia do direito de organização no local de trabalho; da liberdade e autonomia sindicais.
- Garantir as famílias os direitos trabalhistas e sociais com acesso ao emprego, à moradia, à saúde e à educação.
- Revogar a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) para assegurar que os direitos sejam garantidos, não sejam rebaixados por nenhum acordo ou convenção coletiva e que esses direitos sejam protegidos pelo estatuto da ultratividade.

Soberania produtiva – a retomada da política industrial

A indústria brasileira, símbolo das grandes transformações da economia no século XX, ingressou no novo milênio em franca deterioração, tornando cada vez mais difícil a construção de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável, autônomo e soberano.

A queda da indústria no Brasil não significa apenas um retrocesso econômico com graves consequências sociais, também é o estreitamento cada vez maior do espaço de construção de um modelo de desenvolvimento econômico que permita avanços sociais e a distribuição de renda de forma sustentável e soberana.

A velocidade com que o setor tem se movimentado, frente a já presente mudança de paradigma tecnológico, como a atual Indústria 4.0/Manufatura avançada, além do aumento da concorrência econômica internacional, exige respostas ainda mais ágeis: uma estratégia adequada que permita a inserção do Brasil de forma rápida nesse novo paradigma, discutida e consensuada entre todos os sujeitos envolvidos, especialmente os trabalhadores, e eficiente a este novo contexto, sem esquecer as diferenciações regionais, tanto produtivas como econômicas e sociais. Uma política industrial, nesse contexto de inovações, também deve ter como objetivo a geração de oportunidades para todos e todas, liberando os seres humanos do trabalho pesado, degradante e extenuante e possibilitando a divisão dos frutos do progresso técnico a todos.

Estamos em um momento de mudança nos padrões produtivos e tecnológicos. Os próximos 10 anos devem ser compreendidos como o “momento de virada”, com transformações profundas para a indústria nacional. É necessária a construção de um programa ousado, que reposicione o Brasil nesse setor, visando uma indústria inovadora, com maior sofisticação, que promova a diminuição da pobreza e desigualdade, articulada com o projeto de desenvolvimento econômico e

social que busca a melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade ambiental, que colabore com a superação de gargalos econômicos e sociais tais como mobilidade, saneamento, moradia, saúde, e ainda, nas diferentes regiões do País.

Desenvolver política macroeconômica, alinhada ao projeto de desenvolvimento via industrialização. Em nossa visão, essa política deve se desdobrar a partir de 6 diretrizes que sintetizam a visão dos trabalhadores reverter à desindustrialização e que contribuir efetivamente com o desenvolvimento do País, de modo a distribuir seus ganhos entre toda a sociedade e posicionando o Brasil entre as principais economias industriais do planeta:

1. **Garantir um processo consistente de inovação e modernização tecnológica:** a promoção da inovação deve propiciar ganhos de produtividade para as indústrias brasileiras, mas também, promover o bem-estar da população, por meio de tecnologias que resultem na eliminação dos gargalos sociais na saúde, educação, acessibilidade, meio ambiente, entre outros. Nesse sentido, é importante que a formulação das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) tenha como foco o desenvolvimento de tecnologias que superem ou eliminem problemas relevantes para o desenvolvimento nacional.

2. **Política industrial alinhada com a preservação do meio ambiente:** estimular o surgimento de novos negócios e produtos voltados para o desenvolvimento de soluções para a infraestrutura e a qualidade ambiental no País, promovendo processos produtivos e produtos ambientalmente sustentáveis; garantindo o desenvolvimento da indústria de recicláveis e de logística e manufatura reversa em escala compatível com o consumo nacional; soluções que reduzam os impactos da poluição, seja no campo ou nas grandes cidades; além de garantir o tratamento adequado aos resíduos sólidos.

3. **Readensamento das cadeias produtivas de valor:** políticas que provoquem o readensamento de elos estratégicos em cada cadeia produtiva, considerando partes e peças mais nobres e sofisticadas em cada cadeia de modo a ampliar o valor agregado, que sejam intensivos em tecnologia e que reduzam impactos negativos na balança comercial. Além disso, essa estratégia permite o aperfeiçoamento técnico dos meios de produção e também a acumulação de capital, importante elemento para a diversificação produtiva no setor industrial.

4. **Política externa soberana e que promova a indústria nacional:** com uma política de comércio exterior que se oriente pelo comércio justo e pela utilização soberana dos recursos naturais, com uma pauta exportadora mais diversificada e com produtos de maior valor agregado.

5. **Promover o desenvolvimento regional:** contribuir para o desenvolvimento regional, estimulando iniciativas que valorizem a dimensão espacial, potencializando os

instrumentos locais de fomento à produção, pesquisa e inovação, fortalecendo e consolidando as aglomerações industriais e os arranjos produtivos territoriais, promovendo a articulação com demais setores (agricultura e serviços) e gerando empregos de qualidade e renda nas diversas regiões do País.

6. Empregos de qualidade: esse processo de retomada da indústria nacional precisa estar casado com a oferta de empregos de qualidade. É preciso garantir também que os ganhos de produtividade sejam repartidos entre empresários, o Estado (com tributação adequada nos três níveis de governo) e trabalhadores (com redução na jornada de trabalho com metas anuais ao longo dos próximos 10 anos, com contratos de trabalho formais e aumentos salariais reais compatíveis com os ganhos de produtividade e/ou lucro).

Nessa perspectiva, propomos:

- Promover a articulação de agentes locais, voltados ao processo de inovação: empresas, centros de pesquisa públicos e privados, instituições de fomento e financiamento ao desenvolvimento tecnológico, instituições de apoio à metrologia, propriedade intelectual, gestão administrativa, tecnológica e do conhecimento, instituições de apoio à difusão tecnológica.
- Criar um ambiente favorável à inovação e alocar recursos suficientes e estáveis que possibilite ao País avançar em P&D, além de fomentar o investimento privado em inovação.
- Garantir que os investimentos em P&D devem ser definidos estrategicamente. Devem ter foco e ser orientados a resultados ligados aos desafios que o Brasil precisa enfrentar.
- Modernizar o parque industrial nacional, com políticas de financiamento específicas para esse fim, ligadas às políticas que reforcem o crescimento da indústria de bens de capital nacional.
- Regular a exploração da biodiversidade e da extração mineral e vegetal, pensando no longo prazo, na transformação desses recursos naturais em nosso território procurando evitar a exportação de commodities para produzir e exportar bens finais, e garantindo uma tributação adequada dessa exploração, para promoção dos territórios.
- Investir em infraestrutura social, como saneamento, acesso à água potável, energia elétrica, equipamentos sociais de saúde, educação, esporte cultura e lazer, habitação e mobilidade, que promovam o desenvolvimento nacional, alavanquem a indústria nacional e elevem a qualidade de vida da população brasileira.
- Investir em infraestrutura logística para ampliação e melhoria dos modais de transporte de carga, da comunicação, ampliando o acesso à Internet em regiões remotas, garantindo a

segurança na comunicação de dados e a melhoria da interconectividade da rede brasileira, além de elevação da produtividade.

- Consolidar política energética democrática que garanta a soberania nacional e o desenvolvimento econômico e social, com matriz que garanta a sustentabilidade de produção e o uso de energias renováveis.
- Defender o controle e o planejamento estatal na gestão da cadeia produtiva petroquímica por meio da liderança da Petrobrás, e da produção de energia por meio da Eletrobrás, no contexto do projeto de desenvolvimento.
- Garantir o controle 100% estatal da Petrobras e Eletrobrás, empresas nacionais estratégicas para o desenvolvimento nacional. Criar novo modelo de partilha (marco regulatório) que englobe o desenvolvimento de conteúdo local, fundos sociais e recursos para políticas públicas na saúde e educação.
- Assegurar incentivos fiscais para as empresas que investirem em transição para tecnologias mais limpas, associadas a políticas de realocação profissional ou preservação dos empregos.

Implementar modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário

A agricultura familiar é responsável por mais de 70% da produção de alimentos que são consumidos no Brasil, representando 90,7% do total dos estabelecimentos agrícolas (5,2 milhões), mas apenas 22,5% da área total (153,2 milhões de hectares), possuindo importância social, econômica e política no país mesmo dentro de um cenário de concentração de terra e de renda.

O modelo de desenvolvimento rural em curso no Brasil é excludente, concentrador de terra e renda, e promove o agronegócio em detrimento da reforma agrária e da agricultura familiar e camponesa que mais produzem alimentos e empregos no campo. Esse modelo intensifica e estimula os conflitos agrários, contribui para a expropriação e expulsão dos(as) agricultores(as) familiares e trabalhadores(as) do campo. E, ainda, leva à desterritorialização das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, dos povos das florestas e das águas, rompendo vínculos e destruindo identidades culturais, os laços de pertencimento e seu modo de produção e de reprodução social. Além disso, provoca o aumento da inserção de homens, mulheres e crianças no trabalho em condições precárias e degradantes, o trabalho escravo, além de estimular o êxodo rural, principalmente da juventude.

O governo golpista de Michel Temer desmontou políticas públicas implementadas na última década que promoviam a melhoria das condições de vida e de trabalho no campo e foram conquistadas após décadas de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais que, historicamente, defendem a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e políticas públicas para o campo na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Somando-se ao retrocesso econômico e social provocado por estas medidas, constatamos o aumento devastador da violência no campo. Entre 2016 e 2018, de acordo com o relatório da Comissão Pastoral da Terra, o registro de mortos em decorrência dos conflitos de terra cresceu 16,4% em relação ao ano anterior, passando de 61 em 2016 para 71 em 2017. Foi o maior aumento de crimes políticos no campo, desde 2003.

Diante deste quadro, torna-se imperioso fortalecer a agricultura familiar como forma de garantir um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o campo, com a produção de alimentos saudáveis, orgânicos e agroecológicos, imprescindíveis à segurança e soberania alimentar e nutricional dos brasileiros.

Para isso é preciso:

Democratizar o acesso à terra, via Reforma Agrária, com fomento e investimentos públicos

- Garantir a realização da Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar como elementos estruturadores de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário e de soberania alimentar do Brasil, que assegure a sustentabilidade de projetos de assentamento por meio do crédito, assistência técnica, apoio à produção e comercialização e à infraestrutura social.
- Desapropriar e destinar para a Reforma Agrária os latifúndios, assim como propriedades que não cumprem a função socioambiental da terra e aquelas em que for verificada a existência de trabalhadores(as) submetidos a trabalho análogo ao escravo.
- Estabelecer limite máximo para o tamanho da propriedade da terra, atualizar os índices de produtividade e combater a venda de terras para estrangeiros.

Potencializar a agricultura familiar e camponesa, considerando o desenvolvimento sustentável e solidário, as políticas regionais e o meio ambiente

- Reconhecer e reafirmar a pluralidade da agricultura familiar e a relevância política, social e cultural de sua diversidade para políticas voltadas para sua sustentabilidade econômica e para a permanência dessa população no campo.
- Garantir a efetivação da Política Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.
- Desenvolver políticas de incentivo à produção e ampliar os recursos orçamentários de políticas estruturantes para a Agricultura Familiar e Camponesa tais como crédito, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, garantia de preços agrícolas, seguro agrícola, armazenagem, agroindústria e apoio à comercialização.
- Assegurar a ampliação e fortalecimento das políticas públicas de caráter regional, a exemplo das políticas em defesa da Amazônia, do Cerrado e de convivência com o Semiárido.
- Estabelecer política de redução do uso de agrotóxicos na produção agropecuária brasileira, em especial pelas grandes corporações, para preservar a vida humana e o meio ambiente de seus efeitos nocivos.
- Garantir a consolidação da Política Nacional de Meio Ambiente visando proteger, preservar e garantir o uso racional dos recursos naturais, promovendo mudanças necessárias na atual legislação e observando diretrizes gerais que assegurem tratamento justo, equilibrado e diferenciado à agricultura familiar, permitindo sua adaptação aos impactos das mudanças climáticas.
- Estimular, apoiar e valorizar as iniciativas de associativismo, cooperativismo e economia solidária, empreendendo ações para a conquista de um marco legal para o cooperativismo.
- Estabelecer políticas de recuperação e desenvolvimento das estruturas de agroindústria familiares/cooperativada, com ferramentas de planejamento, organização da produção e comercialização.

Serviços e sistema financeiro como instrumento para promoção do desenvolvimento econômico e social

No cenário de desregulamentação das leis trabalhistas, os trabalhadores no comércio e serviços são os primeiros a perceberem os efeitos da nova legislação implementada pelo governo golpista, dado o avanço na ocorrência das diversas formas de contratação.

Por se tratar do setor que mais cresce no Brasil, será o setor que mais sofrerá as consequências da reforma trabalhista e do processo de precarização em curso.

Fragmentação promovida pela terceirização, pelo comércio online e pela variedade de contratos derivados da reforma, ao lado da ofensiva neoliberal, trará desafios que requerem a construção de políticas setoriais de desenvolvimento e melhoria de políticas públicas.

O setor de serviços é bastante heterogêneo por sua própria natureza, compreendendo tanto ocupações consideradas “porta de entrada” no mercado de trabalho como aquelas de elevada complexidade e especialização, como serviços prestados às indústrias. A participação expressiva do setor de serviços em uma economia está, em geral, relacionada a um país desenvolvido. No entanto, a expansão desse setor no Brasil tem peculiaridades que não se enquadram nessa definição, apesar de sua grande participação na economia nacional.

Os serviços bancários, especialmente o crédito, são instrumentos importantes para promover o desenvolvimento, desde que sua regulação atente para sua função primordial de promover o investimento produtivo, dinamizar a economia assegurando a universalização dos serviços prestados, com linhas de crédito acessíveis aos diversos perfis da população brasileira e medidas que controlem fluxos de capital e mercado financeiro.

Nesse sentido, é fundamental o fortalecimento dos bancos públicos e dos bancos de desenvolvimento nacional e regional, além de participação social na definição da regulação do sistema financeiro, visando coibir a especulação e o rentismo. É preciso tornar o sistema financeiro nacional indutor do desenvolvimento nacional, voltado ao investimento produtivo, ao contrário do padrão atualmente existente no País.

Nossas propostas são:

- Regular o Artigo 192 da Constituição Federal, com democratização e controle social do Sistema Financeiro Nacional, adequando o papel dos bancos e dos fundos de pensão ao desenvolvimento sustentável, com oferta responsável de produtos financeiros e universalização dos serviços bancários a toda sociedade, revogando a figura do correspondente bancário.
- Implementar medidas para o controle da especulação financeira e do rentismo por meio da redução dos juros reais no país, da redução dos juros para pessoas física e jurídica e da instituição de medidas de controle do Estado sobre os fluxos de capitais com taxa específica sobre as operações internacionais.
- Reduzir os spreads cobrados pelos bancos no Brasil.

- Promover a gestão das finanças locais através de bancos comunitários locais, cooperativas de crédito, que garantam que os recursos circulem no município e na região.
- Garantir que as inovações tecnológicas possibilitem a criação de novos e melhores empregos: Investir no desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos em áreas como a saúde, a educação, transportes, saneamento e habitação.

Serviços públicos universais de qualidade

O Brasil atravessa um período de intensos ataques ao Estado Democrático de Direito e à classe trabalhadora. Estas investidas são arquitetadas pelos setores reacionários que chegaram ao poder com o golpe de 2016 e têm a missão de substituir o modelo de “Estado de Bem-Estar Social” pelo “Estado Mínimo”, através da imposição de um projeto ultraconservador e neoliberal voltado aos interesses do capital nacional e internacional, em particular o rentista. Os direitos trabalhistas conquistados nas últimas décadas e os direitos cidadãos presentes na Constituição Federal de 1988 têm sido os alvos prioritários.

Nos últimos dois anos foi destruída boa parte dos direitos e benefícios duramente conquistados pelo movimento sindical nas últimas três décadas.

O governo ilegítimo de Temer e os apoiadores do golpe congelaram o orçamento público por 20 anos, reduzindo a capacidade do Estado de promover políticas públicas. Bolsonaro dá sequência à política de destruição do Estado, com privatizações de setores estratégicos e a entrega de serviços públicos para o setor privado, como a saúde, educação e o saneamento.

As medidas foram implementadas com o argumento de que o “Estado brasileiro está quebrado e sem capacidade para garantir os serviços públicos e investimentos”. No entanto, ano após ano, recursos do orçamento da União em 2018 são destinados ao pagamento de juros, encargos e rolagem da dívida pública, favorecendo agentes do sistema financeiro em detrimento dos serviços públicos prestados à população.

Além disso, o Brasil tem uma das estruturas tributárias mais injustas do mundo, pois cerca de dois terços dessa carga se concentram nos tributos sobre o consumo, enquanto apenas um terço recai sobre renda e patrimônio - é um sistema que cobra mais impostos dos mais pobres.

Nesse sentido, os trabalhadores e trabalhadoras defendem:

- Recuperar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e da justiça social, implementando políticas monetária e fiscal compatíveis com metas sociais de crescimento econômico, valorização do trabalho e distribuição de renda.
- Revogar a Emenda Constitucional 95 que congela os gastos públicos, inclusive os investimentos por 20 anos e impede que o Estado garanta serviços públicos de qualidade para toda a população brasileira.
- Realizar uma Reforma Tributária que se pautar pela capacidade contributiva de cada brasileiro, que garanta a progressividade, além de reduzir a carga tributária sobre o consumo, especialmente de itens da cesta básica, ampliando os tributos sobre renda, patrimônio e produtos de luxo e definindo medidas que evitem a sonegação. Ampliar a arrecadação pública por meio da cobrança e regulamentação dos seguintes dispositivos: instituir a tributação de juros sobre capital próprio, sobre lucros e dividendos e sobre remessa de lucros ao exterior; regulamentar a tributação sobre grandes fortunas; aumentar as alíquotas e a progressividade do Imposto Territorial Rural (ITR) e do imposto sobre herança; e reforçar medidas contra sonegação.
- Revogar a Lei Kandir e criar instrumentos que assegurem o equilíbrio fiscal, garantindo a alocação dos recursos orientada para a promoção do bem-estar da população e do desenvolvimento econômico, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados como meio de distribuição de renda.
- Elaborar, com participação popular, uma política progressiva de desmercantilização dos serviços públicos essenciais para a população.
- Revogar a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a Desvinculação das Receitas dos Estados e Municípios (DREM).

Seguridade social

- Consolidar o Sistema de Seguridade Social brasileiro, inclusivo e estável, segundo os preceitos Constitucionais de 1988, assegurando a concretização dos seus princípios e fontes estáveis de financiamento.
- Garantir que nenhum recurso da Seguridade Social seja objeto de isenção fiscal, tributária ou de realocamento para outros fins.
- Garantir o Sistema Único de Saúde (SUS) 100% público, universal e de qualidade, que valorize os trabalhadores e trabalhadoras da saúde, com o fim das Organizações Sociais no SUS.

- Garantir o acesso da população a serviço médico especializado e multiprofissional em cada regional de saúde integrada com Atenção Básica, de modo a superar as demandas por consultas, exames e cirurgias reprimidas no SUS.
- Recuperar as ações de saúde setoriais que foram sucateadas desde 2016: Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e Águas (PNSIPCFA); Programa Nacional de Saneamento Básico Rural sob a coordenação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM); Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra; e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Educação pública e de qualidade

- Valorizar a educação como direito inalienável de todos e todas, em todos os níveis, garantindo as condições necessárias para a efetiva implantação do Plano Nacional de Educação 2011/2020 e do Sistema Nacional Articulado de Educação.
- Ampliar o acesso, a permanência e a ascensão escolar em todos os níveis e modalidades de ensino: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio regular; ensino médio técnico profissionalizante; ensino tecnológico e ensino superior; além da modalidade de educação de jovens e adultos.
- Implantar planos de carreira para o conjunto dos profissionais de educação das redes pública e privada que promovam a valorização profissional e estimulem a formação continuada, superando as recentes propostas de “flexibilização” dos critérios de seleção na área, bem como os agudos retrocessos que hoje acontecem, em especial no setor privado.
- Revogar a “Reforma do Ensino Médio” em curso, que dificulta o acesso e a permanência dos estudantes, torna tecnicista o ensino público, desvaloriza os(as) professores(as) e acentua o avanço privatista sobre a educação básica, além de atentar contra a soberania nacional ao submeter questões estratégicas, como formação docente e currículos, à ingerência do Banco Mundial e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).
- Garantir a alimentação escolar gratuita e de qualidade na educação básica, promovendo a alimentação saudável e o desenvolvimento da agricultura familiar e das práticas agroecológicas de produção, livres de agrotóxicos e transgênicos.
- Retomar o processo vigoroso de expansão e ampliação do acesso à educação profissional, tecnológica e superior por meio da ampliação de vagas, infraestrutura física e contratação de

profissionais e também pela criação de novas universidades, institutos federais e novos campus como forma de garantir o direito à educação, ampliar a qualificação profissional, a produção de ciência e tecnologia e o desenvolvimento regional e nacional.

- Garantir a educação inclusiva para pessoas com deficiência em toda a rede de ensino.
 - Assegurar a implementação de políticas de elevação da escolaridade formal no meio rural e urbano.